TANGARÁ DA SERRA

Diretores se reúnem com deputado para discutir reordenamento escolar

Professores estão preocupados com as mudanças na Educação

FABÍOLA TORMES / Redação DS

Sob a justificativa de melhorar as condições de infraestrutura escolar e a qualidade da aprendizagem, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) iniciou em 2019 um trabalho de reordenamento escolar em algumas unidades da rede estadual em Mato Grosso.

Em Tangará da Serra, na oportunidade, oito escolas passaram por mudanças para o ano letivo de 2020, entre elas a Laura Vieira de Souza, localizada na Vila Alta III, que passou a ser de responsabilidade do Município.

Agora, a proposta do reordenamento é passar gradativamente a primeira etapa do Ensino Fundamental aos municípios, ficando o Estado apenas com os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio; e os municípios com a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

> Precisamos ouvir os dois lados e chegar num consenso

"Mas ninguém foi ouvido [até agora]. Foi uma coisa monocrática e vamos nos reunir na Assembleia Legislativa com os representantes da Educação para saber mais a respeito", afirma o deputado estadual Dr. João José de Matos (MDB), que na última semana se reuniu com diretores e professores das escolas estaduais de Tangará da Serra, justamente para tratar do assunto.

"É preciso intensificar o diálogo sobre Políticas Públicas que incentivem a Educação. Ouvir e debater sobre esta questão com a comunidade escolar é fundamental para que haja entendimento e esta alteração não sobrecarregue o município e não impacte no acesso a Educação Básica", completa o parlamentar, ao garantir que levará a discussão para a Assembleia Legislativa, logo que as atividades retornarem, após o recesso parlamentar.

"Tivemos algumas reclamações e a nossa função é ouvi-los. A Assembleia entrará de recesso agora, mas quando voltar, no mês que vem, vamos convidar as pessoas para irem até lá para conversarmos, ouvir os dois lados, de forma bem democrática".

Deputado ouve diretores sobre possíveis mudanças

Dr. João afirma que existe um projeto na Assembleia Legislativa para mudar alguns pontos na Educação do Estado, contudo, nada foi discutido amplamente. "Precisamos ouvir os dois lados e chegar num consenso".

MP quer retorno das aulas

NO ESTADO

MP pede que aulas presenciais sejam retomadas

Retorno das aulas presenciais estava previsto para o dia 3 de agosto

Assessoria

O Ministério Público Estadual ingressou na Justiça e requereu, em pedido liminar, a suspensão do retorno das aulas presenciais condicionado à vacinação de todos os profissionais que atuam nas unidades escolares em Cuiabá.

O parágrafo 4º da Lei Estadual nº 11.367/21, que trata sobre a ligação da imunização e automaticamente ao retorno das aulas, foi aprovada na última semana pela Assembleia Legislativa.

Para o MP, a imposição de que o retorno das aulas somente será precedido da comprovação de imunização de todos os profissionais da rede estadual de ensino destoa do teor que os princípios revelam, haja vista que os demais servidores públicos do estado encontram-se trabalhando de forma presencial sem que haja essa exigência, obedecendo, no entanto, às medidas sanitárias razoáveis de prevenção à Covid-19.

Ainda de acordo com o MP, a implementação da condição estabelecida para o retorno às aulas não depende exclusivamente do gestor público, pois não vincula à disponibilização das vacinas, mas sim à comprovação da imunização. Essa comprovação, destaca o MPE, "pode não ocorrer por ao menos dois motivos, quais sejam: a ausência de interesse em vacinar e escolhas por vacinas que acabam por adiar a vacinação".

> Haverá imenso prejuízo ao calendário e ao planejamento escolar

Inicialmente, o retorno das aulas presenciais na rede estadual de educação estava previsto para o dia 3 de agosto. "Caso não seja concedida a medida liminar, haverá imenso prejuízo ao calendário e ao planejamento escolar na rede estadual de ensino", finalizou o MPMT.